

O CASTELHANO COMO BLOCADOR DA NORMALIDADE DO PORTUGUÊS NA GALIZA

Alexandre Banhos

(COMUNICAÇÃO NO XVIII COLÓQUIO DA LUSOFONIA, OURENSE (GZ) 2012)

A situação do Português na Galiza. -

Para estabelecer qual é a situação do português da Galiza, temos que partir dos dados.

Dispõe-se de pesquisas e trabalhos de campo, realizados nos anos 70 do século passado, sobre a instalação e o uso do português da Galiza pela população, sendo de muito interesse às achegas sobre o uso da língua galega do sociolinguista catalão **Rafael Lluís Ninyoles i Monllor** (1972, 1974 e 1975). Esses resultados terão de ser correlacionados muito exatamente, com os usos que se mantenham nas coortes de idades que vierem daquelas datas. A precisão dessa correlação fala-nos da certeza na sua pesquisa.

O resultado na altura era, que acima dos 85 por cento da população desenvolvia a sua vida na língua nacional, com diferenças salientáveis, segundo fossem os dados do âmbito estritamente urbano, periurbano e rural.

Temos que salientar, que nos últimos 40 anos as pessoas que na Galiza moravam num entorno urbano, passou-se de representarem nos 1970 o 25,2 por cento da população, a nestes 2012 no que se passa dos 70 %, o qual tem influência muito grande nos usos da língua. Isso foi paralelo as mudanças na atividade, passou-se, que as pessoas que pertenciam aos sectores primários produtivos, estavam nos 69 por cento no censo de 1970, e essa representação desceu nos dados de 2006, a menos do 8 por cento da força de trabalho¹.

Para percebermos os dados da situação presente, dispomos os dados do Atlas linguístico da Galiza -ano 2005- elaborado pelo [Instituto da Língua Galega](#) (ilg), pertencente a Universidade de Santiago de Compostela². Deles podemos tirar as seguintes conclusões:

¹ Os dados procedem do INI e do IGE

² Houve uma primeira edição do Atlas correspondente a 1985 elaborada pela mesma instituição, de um a

a) O número de pessoas que usam de forma monolíngue o português da Galiza reduziu-se para só 16% da população.

b) O uso da língua nacional é maioritário no total da população da Comunidade autónoma galega 56,4 por cento – mas isso é o resultado da peculiar pirâmide demográfica da Galiza, sem dizer nada, nem afetar o fluxo substitutivo nas novas coortes-.

Dispõe-se também dos dados de dous inquéritos à totalidade do censo que acompanharam os censos de 1991 e 2001, nos que se incorporaram perguntas sobre o uso e conhecimento da língua própria da Galiza. Os dados do último censo com estas perguntas, de 2001, figuram no quadro que se dispõe a seguir.

Uso real da língua nacional

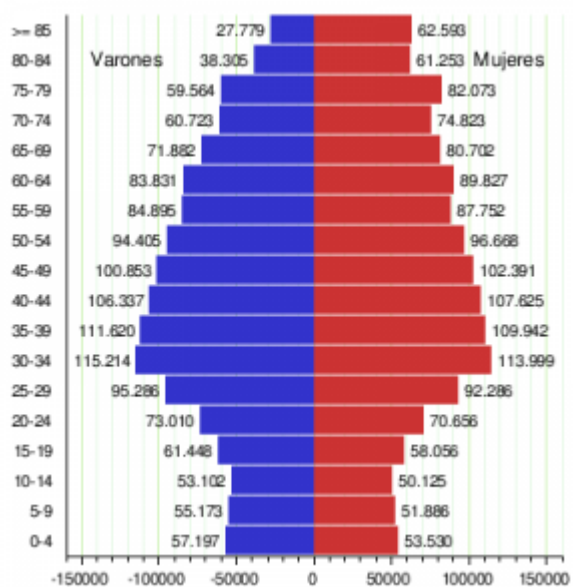
	Sempre	As vezes	Nunca
TOTAL	56'84%	30'29%	12'86%
De 5 a 9 anos	37'63%	47'77%	14'50%
De 10 a 14 anos	41'46%	49'23%	9'30%
De 15 a 19 anos	44'44%	42'27%	13'28%
De 20 a 24 anos	45'82%	37'15%	17'01%
De 25 a 29 anos	45'01%	37'29%	17'69%
De 30 a 34 anos	47'06%	36'00%	16'93%
De 35 a 39 anos	50'16%	33'95%	15'88%
De 40 a 44 anos	54'43%	31'70%	13'85%
De 45 a 49 anos	57'54%	29'85%	12'59%
De 50 a 54 anos	60'67%	27'66%	11'65%
De 55 a 59 anos	65'08%	24'48%	10'43%
De 60 a 64 anos	69'94%	20'61%	9'43%
De 65 e mais anos	75'54%	15'50%	8'95%

Tabela extraída do Plano geral de normalização da língua galega. Dados provisórios do Censo de 2001. Fonte: Instituto Galego de Estatística.

Houve um inquérito a todas as famílias com filhos em idade escolar obrigatória nos 2009, sobre a língua da Galiza. Os resultados não foram feitos públicos, mas de alguns dos dados filtrados, e frente a preconceitos, resultou uma alta valorização da língua por parte da população, ainda que a perceber muitas vezes como meramente simbólica³.

³ outro constata-se um desmoronamento da língua própria da Galiza frente a imposição do castelhano. A direção do banco: Novagaliciabanco, resultante da desfeita e unificação das caixas públicas de poupança galegas, decidiu suprimir a pouco de apanhar o controle, o uso simbólico da língua galega. Ante

Em 2011 e pela primeira vez desde 1998 cai o censo da CA da Galiza, com uma pirâmide da população a cada passo mais regressiva. A primeiro de janeiro de 2011, as pessoas de 65 e mais anos já quase duplicam os de menos de 15 anos. Ao trasladarmos estes dados à realidade linguística, o que se percebe é que na Galiza estão-se enterrando os falantes do português da Galiza, que vão sendo substituídos por nativizados no castelhano. O número de falantes nos menores de vinte anos, e isso sem aprofundarmos agora na qualidade da sua língua, é grandemente minoritário. A pirâmide mostra que a proporção de falantes duma língua dada numa população, tem pouco valor se não for correlacionado com a estrutura demográfica e com outras variáveis do que eu chamo **sustentabilidade** linguística⁴.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Espanha

a forte perda de depósitos que estavam tendo, fizeram vários inquéritos ao universo dos clientes e da população galega, e acharam que havia correlação entre o abandono da entidade pelos clientes e o uso simbólico da língua, rapidamente deram volta atrás, e agora anda com a sua campanha de Compromisso com *Galícia*.

Nos inquéritos do CIS (Centro -público- de investigações sociológicas), resulta uma alta valoração simbólica da língua nacional, de ordem de por cima do 70 por cento.

⁴ Sustentabilidade é determinar as distintas variáveis que influem na permanência no tempo duma língua. Pode-se determinar um algarismo que correlacione isso e outros fatores devidamente ponderados, que nos exprima dum jeito preciso se uma língua é sustentável ou não, e como impactam as políticas linguísticas a ao afetarem as variáveis. A realidade da *sustentabilidade* social da língua é a que vai determinar que tenha projeção de futuro ou seja mais um povo que perde o seu principal sinal de identidade. No caso da Galiza além disso uma perda de mais valia econômica considerável pelo valor econômico da língua aí ser uma das línguas internacionais e a segunda das românicas mais entendida. Eu ando trabalhando em determinar essas variáveis e estabelecer um algarismo.

Não há documentos estatísticos oficiais da situação do português da Galiza no território desta fala e cultura que não faz parte da Comunidade autónoma espanhola da Galiza, e que é conhecido por Faixa-leste, a qual está constituída pelos territórios seguintes: Eunaviego nas Astúrias, Berzo e Cabreira na província de Leão, e Portelas-Seabra na província de Samora. Ora bem dos dados de campo obtidos por diversos pesquisadores: Xoan Babarro, Fernandez Rei, associação Fala Ceive, professorado em escolas dentro desse âmbito, pode-se dizer que a situação é incluso melhor que a existente na Galiza (Comunidade autónoma espanhola) em quanto a proporção de falantes e faixas etárias, ainda não existindo aí nenhum processo “normalizador”⁵ impulsionado pelas autoridades regionais espanholas.

No entanto aí é pior, a imagem que possuem da língua como valor alargado e como valor percebido, é mais um elemento familiar dessas suas pequenas leiras pátrias segregadas administrativamente do espaço galego. Porém não deixa de resultar muito chamativo o maior uso da língua nacional no espaço galegófono do Berzo, em comparança com o território de Val d'Eorras da C.A da Galiza, que é o seu contínuo, pois tem as mesmas características geográficas e humanas, pertence a mesma diocese religiosa de –Astorga-, sendo a diferença mais significativa, a da existência dum processo oficial “normalizador” na Galiza e da sua inexistência no Berzo.

Galiza país *capado*.-

Chamo povo (país) *capado*⁶, àquele a quem se lhe retiram as suas classes dirigentes, as suas elites autogeradas e as correspondentes notabilidades.

⁵ Outra cousa é a imagem que da língua possuem, mas como tem redigido Fernandez Rei e Santamarina repetidamente, os falantes da língua nacional, o que eu apropriadamente chamo -português da Galiza-, tem uma percepção muito difusa da língua, em realidade não percebem que o seu seja um exercício muito canónico dela, nenhum acredita falá-la bem, se não um chapurrau um castrapo e incluso os limites político-administrativos percebem-nos como diferenças de modelo de língua e até de língua, pois o poder divide, porém e curiosamente para professores como Fernández Rei e Santamarina, o modelo de língua dos falantes primários, é o seu modelo de língua, como elites modelares para o povo.

⁶ Curiosamente o Cronista aragonês do reino de Castela, Zurita, chamou ao submetimento da Galiza “Doma e castração”, e os castrados, isso são, *capados*

Afonso V de Portugal⁷, após da batalha de Toro, renuncia à Galiza ao norte do Minho e a oeste dos Montes de Leão, para a incorporação a sua coroa.

Para Galiza, temos a seguir a guerra de castigo e submetimento -começada a seguir da batalha de Toro de 1476- e que vai ter lugar por quase 14 anos-. Ao submetimento militar vão-se juntas medidas, que o cronista de Castela *Zurita* chamou: *Da doma e castração do reino da Galiza*.

O resultado desse processo de *Doma e Castração* é em síntese:

- a) Guerra de castigo e de terror.
- b) Desaparece e é banida a língua nacional da documentação privada e pública.
- c) Perda de direitos políticos simbolizados [na perda do voto nas Cortes](#), e a humilhação desse voto ser dado a Samora.
- d) Externalização da nobreza fora do reino. A classe dominante na Galiza era a nobreza, que ademais após a derrota dos [Irmandinhos](#) emergia sem sombras sobre ela (ainda que profundamente debilitada na sua economia), pois, no entanto, só ficavam farelos espargidos da que fora uma nascente e pujante burguesia. Era essa classe dominante, a geradora de pautas de conduta, naquela altura, e a que criava os modelos da procura cultural. Desaparecida do país, não é substituída por ninguém.
- e) Imposição duma Igreja de etnia e obediência castelhana. A Igreja era o outro sector culturalmente importante e, sobre todo, socializador dos conteúdos ideológicos e culturais. A Igreja foi castelhanizada a ferro⁸... bispos, abades, e cargos relevantes foram sempre desde aquela de Castela (ex.: Compostela -e resto da Galiza-, desde o 1500 só teve dous bispos galegos e os dous foram-no no século XX). Todas as ordens religiosas passam a depender da província religiosa de Valhadolid, e assim o resto...

⁷ Afonso V foi o último rei português a reclamar a coroa da Galiza como parte integrante do seu reino -(da parte da Galiza que não foi parte constitutiva de Portugal), e a ser proclamado como tal rei da Galiza. Essa Reclamação formou parte dos objetivos da monarquia portuguesa desde Sancho II, é dizer, desde a morte do Rei da Galiza/Leão Afonso VIII, cujo testamento era claro ao respeito, até Afonso V de Portugal. A historiografia espanhola chama a Afonso VIII Afonso IX, pois dão a único rei de Castela com esse nome Afonso I, o nome de Afonso VIII, num processo de integrar Galiza/Leão num processo unitário, de acumulo ao acervo de Castela.

⁸ Há um caso muito parelho ao da Galiza de substituição da igreja local, por outra importada, é o que se produz no Rosselhão (Catalunha norte), trás a sua incorporação à França pelo tratado dos Pirineus. Como diz Richelieu, quem orar em francês será francês.
Poderia eu acrescentar que não há coisa mais portuguesa em Portugal que a sua Igreja, *quem orar em Portugal não gosta da Espanha*.

f) Medidas económicas protecionistas das produções monopolísticas de Castela, e proibidora do livre comércio para a Galiza, com o encerramento dos seus portos.

O alto nível da língua medieval corresponde a uma sociedade plena e normal nos critérios da época. Na Galiza há Corte, há reis, há nobreza, há uma contínua procura por parte duma classe, de umas elites, de bens culturais. A nossa brilhante literatura era para o seu consumo.

Não é por acaso que em Compostela estejam sepultados alguns dos maiores vultos reais galegos, e que ali também foram coroados no máximo apogeu do reino da Galiza/Leão.

As ideias e conceições dominantes são sempre as da classe dominante, - as das elites dominantes-. Muitos dos problemas do português da Galiza devem-se a que a classe dominante galega, não é tal classe galega - ainda sendo a imensa maioria deles bem galaicos-, é simples sucursal da espanhola (Central-Castelã), e o comportamento que projeta reflete isso.

Na Galiza o modelo dominador deixou de ser o duma classe social própria e autogerada no País e pelo País, e passou a ser o do **servidor público**⁹ ou do abade (padre) colonial, esses que si tinham um modelo de socialização comum, e passam a ser o modelo para os que podem tentar uma ascensão social, que vão ser sempre os mais abastados, aos que se somam indivíduos de jeito crescente pola via da formação.

As concepções e imagem que acerca de si próprios têm essas elites, são as que têm o povo galego. As nossas elites tem por modelo, o colonial imposto, resultado de sermos submetidos coercitivamente; é por outra banda essas elites dominantes correspondem-se com uma nova burguesia galega, que poderíamos chamar de novos-ricos.

Sem modelos sociais próprios nos que se olharem, –autogerados num processo de

⁹ É um facto muito interessante que na Galiza, entre 1500 e praticamente 1880, os únicos postos de servidores públicos em que se pode achar a galegos é em categorias equivalentes a moderna de continuo (bedel). Se algum galego é importante nestes âmbitos vai sê-lo longe da sua Terra. O Supremo Tribunal do estado espanhol até a década de 1880 chamou-se “Consejo de Castilla”

normalidade- pegam no modelo do aparato de dominação e submetimento, aquele que é realmente o que sentem como dominante sobre eles e ao que temem¹⁰, e que não vão ousar questionar, pois sentiriam que estavam a questionar a sua própria ascensão social.

As elites galeguizadoras, além do que possam afirmar, não questionam o sistema de elites bem balizadas no campo de jogo do estado espanhol, que impera na Galiza. Sentem-se em certa medida membros dessa mesma elite, e reconhecem-se tais, na medida em que essas elites hispanas aceitam a sua condição *galeguizadora*. Passa-se mudando o cenário um pouco, como no campo da burguesia de *novos-ricos*, que citava antes.

Para as elites galeguizadoras isto gera problemas insuportáveis, contradições entre expectativas e realidades, das que se defendem desprezando ao povo que tentam liderar/libertar com um comportamento que eu chamo a *síndrome de psiquiátrico*.

Num psiquiátrico quando se falar com os internos, no primeiro momento todos em geral parecem do mais normal e razoável. Perguntas a qualquer, e ele explica-te que está bem, mas que está ali metido com uns doidos do mais desequilibrado e põe exemplos de arrepio. Passas a falar com o seguinte e é a mesma melodia, além de dizer-te, de esse anterior que era tão razoável... que tem uns problemas de meter medo e darem nojo.

As elites galeguizadoras, portanto, com o povo passa-lhes o mesmo, o fracasso nas suas expectativas - isso de que vergonha de povo! (a mais das vezes)-, é o resultado do seu fracasso como notabilidades, pois resultam mais que lideres, representantes bem exemplares do nosso povo submetido.

Essa dissociação de psiquiátrica é demolidora para agir, além disso, como há umas contradições insaliváveis entre expectativas e realidade, esse razoamento paralisa para agir coletivamente... Substituindo o trabalho dos notáveis por fantasias... Aliás disso, isso vai paralelo a uma tolerância suicida com as elites nacionais espanholas e regionalistas, na

¹⁰ Esse poder gera na Galiza a praga do caciquismo.

medida em que aceitarem aos pretensos notáveis galeguizadores.

Em resumo, o português da Galiza chegou com vitalidade social oral à segunda metade do século XX, mas sem notabilidades e elites a projetassem um modelo de língua modelador¹¹.

O modelo de língua para as elites que se pretendem modelares, é o de aqueles do povo que ainda usando a sua língua, tem uma má imagem dela e uma consciência da sua deturpação. Com o que temos o mundo ao revês. O que não seria admissível por eles para o castelhano, vai sê-lo para o português da Galiza.

Além disso, rachado pelo Pinheirismo¹² o conteúdo chave da velha tradição galeguista e os seus elementos balizadores, fica preparado o terreno para processos ferrenhos de converter o português em elemento alheio e ainda perigoso para as falas da Galiza, que só vão beber e viver no colo do castelhano.

A imposição¹³ do castelhano

Na Galiza a língua natural e própria é o português da Galiza. Se a situação atual do português na Galiza é profundamente distinta da do português de Portugal, todo um mesmo continuo espacial no ocidente da península Ibérica, é o fruto de políticas e práticas de imposição.

Em Portugal educa-se em português é não é imposição, que em Castela/Espanha se eduque em castelhano não é imposição; porém seria uma imposição se em Castela/Espanha se impusesse o português como língua de formação e educação. Pois isso é o que se passa e se

¹¹ O poder político os seus dinheiros e meios com o amparo das leis, pode muitíssimo.

¹² [Pinheirismo](#), concepção da Galiza ligada a personalidade de Ramón Pinheiro, ela faz virar todo o peso no emocional, retirando-lhe os aspectos racionais e políticos, com uma concepção difusa do galeguismo -que se reduz ao cultural e para o que sobram verdadeiros elementos conformadores. Isso vai unido ao banimento do elemento fulcral da tradição galeguista, a comunhão da Galiza e Portugal na língua e além disso.

¹³ Jacques Leclerc: “ Os idiomas impõem-se pela força, mesmo quando ela não se utiliza” im Langue et Societé, Laval 1986 pag. 122

passou na Galiza, o castelhano foi imposto *manu militar*. *Imposição de **una** unida à proibição da outra.*

A imposição do castelhano na Galiza e nos territórios da antiga coroa de Aragão e no reino de Navarra/Vascongadas, incluiu muitos aspectos, que vou tentar classificar a seguir:

a) Como comentava ao falar da Galiza como país capado, na Galiza foi elemento muito efetivo, a reserva de postos em todo o que for aparato de governo, administração, justiça, e na Igreja, bispos, vigários, abades de mosteiros etc. à pessoas de etnia castelhana. Nos postos dominantes, isso foi feito esmagador, até o último quartel do século XIX.

b) Imposição legal: são centos e centos as disposições legais que impõem o castelhano e que continuam impondo-o, -de todo tipo de categoria- apresenta-se a legalidade como uma realidade neutra e que não pode ser discutida, como algo natural, interiorizando-se a imposição como o resultado da livre vontade do legislador que representa a todos.

A sua enumeração exaustiva encheria muitas folhas de papel alargando esta comunicação, assim que vou-me limitar a fazer uma breve cita dum meio tampouco suspeito de filia antiespanhola como é o jornal [El País](#) de Madrid.

Eis: “Existem dezenas de leis, decretos e regulamentos de diverso nível que mostram que tem havido muitas pessoas que, em diferentes épocas e lugares diferentes, foram obrigados a falar em castelhano”. A contagem não é de agora, há muita literatura sobre o assunto, e revela que, pelo menos desde o início do século XVIII, a imposição do castelhano se espalhou para todas as áreas da vida pública e privada, de ensino do catecismo e as primeiras letras, ao uso do telefone, a produção teatral ou rotulagem de produtos farmacêuticos. Entre os livros mencionados merece um destaque um cujo título, traduzido do catalão, não pode ser mais explícito sobre o seu propósito: ***A perseguição política da língua catalã¹⁴. História de medidas contra o seu uso, da Nova Planta até hoje*** (Edicions 62). Eles coletaram 309 páginas, com uma quase obsessiva atenção

¹⁴ As normas impositivas eram para todos, nalguns casos requeriam mais e noutros o simples resultado da brutalidade fazia-o desnecessário. Temos que ter em conta que a coroa de Aragão durante os Áustrias e até o Decreto de *Nueva Planta* de Filipe V, manteve as suas instituições e normas separados dos de Castela, de aí que o *El País* ao seguir esse texto fale desde o século XVIII.
http://es.wikipedia.org/wiki/Decretos_de_Nueva_Planta

aos detalhes, à evidência da "dura e longa" perseguição do catalão na Catalunha, Valência e Baleares, do português na Galiza e do vasco no País Basco/Navarra, do início do século XVIII.

O autor do livro, Francesc Ferrer i Gironès, deputado Catalão senador republicano e ex- na órbita de esquerda socialista, tem tomado muito cuidado para identificar aqueles chamadas de 'lingüicidas' pelo seu envolvimento notório na promulgação de várias disposições. Após 16 anos da publicação do texto, não perdeu um ponto de interesse: "Até agora, as leis e as regras foram atribuídos a diferentes monarcas, quando na verdade é necessário personalizar nos chefes de cada Governo e na sua ideologia política, para tirarmos conclusões".

Título igualmente explícito, é o livro *Catalunha sob o regime de Franco* (em catalão Edicions Paris, 1973 / Editorial Blume, 1978), o historiador e ex-senador Josep Benet, faz um "relatório" extensivo - **459 páginas com letras apertadas** - sobre "a perseguição da língua catalã e a cultura 'que prova', de acordo com o seu autor, que o regime de Franco foi" responsável por uma tentativa de genocídio cultural".

O livro branco do eusquera (vasco) é uma espécie de 'história da língua "promovido em 1977 pela Real Academia da Língua Basca-Euskaltzaindia, que ilustra sobre os sérios obstáculos que basco, galego e catalão tiveram que superar para chegar até hoje.

1717. Instruções secretas aos magistrados para aplicação na Catalunha do Decreto de Nueva Planta "a cuyo fin dará las providencias más templadas y disimuladas para que se consiga el efecto sin que se note el cuidado'.....

- 1940. Circular sobre o uso da língua nacional por servidores públicos. "Todo o pessoal que no trabalho usar outra língua que não for a oficial do Estado *ipso facto* será demitido, sem apelação.

Não sigo trazendo o texto do jornal, que o único que resulta é um acúmulo de dados duns feitos que são incontestáveis.

Mas a imposição não foi cousa do tempo passado se não que está plenamente em vigor no momento presente. Na Constituição no seu artigo três, estabelece-se a obriga de todos¹⁵ conhecerem o castelhano.

Porém os tribunais limitam os direitos a que os galegos e galegas, e os outros povos peninsulares possam viver de jeito pleno na sua língua própria e nacional. Recentes sentenças do Supremo Tribunal Espanhol venhem a reforçar que isso seja assim, e a deixar claro que no estado espanhol só há uma língua oficial o castelhano, e que o reconhecimento

¹⁵ A constituição teria que dizer todos os súbditos do reino, pois nas monarquias esse súbdito e não cidadão

subordinado no âmbito regional de outras línguas, tem um alcance limitado.

Paralelo aos grandes esforços que se fazem para difundir a unidade *simplex* do castelhano por todo lado, como o seu valor principal –universalidade-, há o de dividir as línguas que se submetem; é dizer: Arredar as falas da Galiza do Português. Arredar as variantes territoriais do catalão entre si. Resiste-se devirtuando todo o possível a aceitação da proposta unificada -batua-, de escrita e ortofónica, para as falas euscáricas (vascas).

Eis para esclarecimento, a doutrina que nesta matéria está estabelecendo o Supremo Tribunal Espanhol, a hora de interpretar as leis, e que se pode resumir assim: *Se cem mil famílias reclamarem o ensino (sem suprimir o castelhano) em catalão facto produzido em Valência no 2011, facto produzido na Galiza em 2010, isso tem um valor legal igual ou tendente a zero, pois as autoridades espanholas não podem “impor” outra língua que não for a castelhana. Porém se uma família uma só, uma só pessoa reclamar o castelhano onde for, ou como língua veicular do ensino, mesmo estando em contra todos os outros em idêntica situação legal, espacial e local, isso é lei e tem-se que cumprir.*

Na nota de rodapé vão as ligações aos textos de algumas recentes sentenças¹⁶, não há que se remontar ao processo de *doma e castração*. Todos os dias há ações do sistema judicial¹⁷, que garantem a imposição e o supremacismo *castelhano*.

Muitas leis espanholas e decretos, por exemplo, em matéria de consumo, são normas de garantia da imposição do castelhano antes do que de proteção dos consumidores¹⁸.

¹⁶ Sentença do Tribunal Constitucional espanhol sobre a reforma do estatuto da Catalunha, onde se banem ideias que formavam parte da transição democrática espanhola e se afirma o supremacismo e imposição do castelhano: <http://boe.es/boe/dias/2010/07/16/pdfs/BOE-A-2010-11409.pdf>

Sentenças do Supremo Tribunal espanhol, de aplicação da doutrina constitucional que parte da sentença anterior: http://www.ara.cat/societat/Sentencia-del-Tribunal-Suprem_ARAFIL20120626_0003.pdf

As três primeiras: <http://www.vilaweb.cat/media/continguts/000/019/706/706.pdf>

<http://www.vilaweb.cat/media/continguts/000/019/707/707.pdf>

<http://www.vilaweb.cat/media/continguts/000/019/708/708.pdf>

¹⁷ A Lei orgânica do poder judiciário não contempla proteção alguma nem direito ante os tribunais de justiça de falas “espanholas” além da castelhana, para os sujeitos a essa justiça.

¹⁸ Estão também as interpretações -vide sentença do Tribunal Constitucional sobre a reforma do Estatuto da Catalunha-, de que pactos e acordos legais entre os distintos reinos hispanos no seu processo de unificação, são inválidos, que só serve o acervo histórico de Castela e os benefícios que acumulou.

Mas para os lusófonos o melhor exemplo explicativo da imposição, é a política aplicada em Olivença, que sobre todo brilha de jeito bem infeliz, se fizermos a comparativa com Gibraltar.

Primeiro apontar que o domínio inglês sobre Gibraltar, é absolutamente legítimo, de acordo ao tratado de Utrecht: Esse domínio inglês¹⁹ nunca levou aos ingleses a adotar em Gibraltar, a mais mínima medida contra o uso do castelhano, nem o castelhano teve nesse lugar a mais mínima perseguição, as missas católicas seguem em castelhano. Trezentos anos depois todos os gibraltarenses continuam a saberem falar todos a variante andaluza do castelhano.

Depois de duzentos anos de domínio ilegítimo e contra os tratados²⁰ do território português de [Olivença](#), Espanha adotou todo tipo de medidas contra o português, proibiu-o, proibiu-o na Igreja e aos padres, proibiu-o na rua, puniu com coimas aos falantes... Levou avante em Olivença uma política que se pode chamar de limpeza étnica, incutindo nas gentes o ódio e o desprezo ao português.

A esse respeito a comunicação do professor Carlos Luna, no Colóquio da Lusofonia celebrado em Bragança em 2007, da boa informação.

Eis; “A história de Olivença tem que ser contada, uma e outra vez, enquanto é tempo. O drama começou em 1801... Tem-se aqui de se referir toda uma política. Não se pretende levantar uma polemica, mas não é possível compreender o que se passou, e a situação atual, ocultando-se fatos decisivos.

Assim, já em 26 de Janeiro de 1805, suspendeu-se, naturalmente, o uso da moeda portuguesa em Olivença. As autoridades espanholas comunicaram então a vários ofícios, nomeadamente aos aguadeiros, que era obrigatório usar medidas espanholas (referiam-se a comprimento, peso, volume, etc.).

Claro que a Língua não tardaria a sofrer as consequências. A 20 de Fevereiro de 1805, foi decidido

¹⁹ Por que o nacionalismo espanhol reclama Gibraltar e não a Catalunha norte (Roselhão) cedida à França pelo tratado dos Pirineus; tão legítima seria uma reclamação como outra; ou porque não reclama a ilha da Sardenha, cedida no mesmo tratado de Utrecht?.

Euscadi norte passou a França como dote que acompanhou a coroação do rei de Navarra Henrique III, como Henrique IV da França

²⁰ Na convenção de Viena de 1815, Espanha comprometeu-se a restabelecer a situação das fronteiras ao período anterior a guerra.

suprimir toda e qualquer escola portuguesa, bem como o ensino do Português. A 14 de Agosto de 1805, as atas da Câmara Municipal passaram a ser escritas obrigatoriamente em Castelhana, o que fez uma vítima: Vicente Vieira Valério. Este, negando-se a escrever na Língua de Cervantes, teve de ceder o lugar a outro. E acabou por morrer à míngua de recursos, personificando um drama cujo desenvolvimento se processaria, geração após geração.

Há notícias de oposição dos oliventinos a estas medidas. As Escolas privadas continuaram a ministrar ensino em Português, até que são fechadas a 19 de Maio de 1813, com o propósito (oficial) "de evitar qualquer sentimento patriótico lusitano" (*A.M.O. leg/Carp 7/2-18, 19-05-1813, n.º 1324; revelado por Miguel Ángel Vallecillo Teodoro, "Olivenza en su História", Olivença, 1999*).

Mas, porque eram muitos os oliventinos que queriam que os seus filhos fossem educados na língua materna, continuaram a existir professores particulares para o fazer. O "Ayuntamiento" não hesitou, e proibiram-se "as aulas particulares, sob pena de multa de 20 Ducados", em 1820 (*A.M.O. leg/Carp 8/1-171, 7-10-1820, n.º 1704; revelado, também, por Miguel Ángel Vallecillo Teodoro, "Olivenza en su História", Olivença, 1999*).

A população oliventina mantinha as velhas tradições, a vários níveis, procurando agir como se nada tivesse mudado. Mas tal foi sendo cada vez mais difícil, e muita gente foi emigrando de volta ao além do rio Guadiana, principalmente para as povoações portuguesas mais próximas, (*limpeza étnica*), e substituídos por imigrantes de fala castelhana.

Em 1840, trinta e nove anos após a ocupação espanhola (recorde-se: efetuada em 1801), o Português foi proibido em Olivença, inclusivamente nas Igrejas. O combate contra a Língua de Camões já vinha de trás, todavia.

Algumas elites foram aceitando o castelhana. O Português foi-se mantendo, teimosamente, principalmente a nível popular. Numa deliciosa toada alentejana, que logo as autoridades, vigilantes, classificaram como "chaporreo", palavra de difícil tradução (talvez "patois"; talvez "deturpação"), que criou complexos de inferioridade nos utilizadores, levando-os, cada vez mais, a usar a Língua Tradicional apenas a nível caseiro, dentro do aconchego do lar, em público, quase só por distração, ou com amigos próximos".

Outro caso de interesse sobre o português na Espanha, é o dos lugares de fala portuguesa existentes ao longo da fronteira espanhola²¹ além da própria Galiza, alguns são anteriores ao tratado de Alcanizes, e outros retidos pela Espanha após a assinatura de paz e reconhecimento da independência em 1667, após o movimento restaurador de 1640, como

²¹ <http://www.youtube.com/watch?v=b0Wdh5EvJ9Q>

no caso do atual concelho de [Ermesende](#). Nestes Territórios, o português, como se pode facilmente coligir, não tem nenhum tipo de proteção, além disso, o permanente contato com o castelhano, língua teto, faz que tenham uma fasquia muito galega, que para os independentistas linguísticos na Galiza, é dizer para os afirmadores da sua condição de língua espanhola, *pois só sendo espanhola pode ser galega e aceitar que as normas do castelhano tem que ser as das falas da Galiza*, deu lugar a mistificações pseudocientíficas realmente simpáticas, como põe de manifesto o trabalho do professor Eduardo Sanches Maragoto publicado na revista galega de história “Murguia”²²,

E agora mesmo estamos, em que a crise econômica, o déficit, está a ser a cortina de fumo perfeita para empreender um processo recentralizador do estado, e de homogenização de base castelhana, e todo bem legal.

Não esqueçamos, o artigo 3 da Constituição com o dever exigível do conhecimento do castelhano, e as reformas que o governo atual sob inspiração FAES²³ está fazendo.

Aguardemos que todo isto sirva para uma reflexão e desse jeito tentem ajustarem o seu agir os povos peninsulares de fala não castelhana, para terem alternativas de futuro certas.

O castelhano das galegas e galegos

O castelhano é língua ambiental urbana da Galiza, é língua onnipresente na vida dos galegos e galegas, para eles é impossível fazerem uma vida normal no seu país e librem-se do permanente chapéu do castelhano. O castelhano é invasor permanente da vida íntima dos galegos e galegas. Os meios de comunicação, onnipresentes, são esmagadoramente em castelhano.

²² A língua de Elhas, Valverde e Sam Martinho em Cáceres, um resultado duma antiga repovoação galega. Murguia nº 25 e 26 páginas 93-100

²³ Um think Tank dirigido pelo ex-presidente Aznar, que pensa o estado de jeito absolutamente supremacista castelhano. De aí tem partido propostas como as do trilinguismo na Galiza e valência, a nova normativa do catalão nas Balears etc <http://www.fundacionfaes.org/es/groups/constitucion>

A receção dos meios portugueses na Galiza, ainda existindo a Carta Europeia das Línguas e a Directiva europeia 89/552 CEE, para favorecer a recepção transfronteiriça, especialmente quando há falantes da língua do estado vizinho (Portugal) no estado espanhol, é algo absolutamente impossível, qualquer repetidor que for colocado será removido ipso facto pelas autoridades e devidamente sancionados os autores, a TDT terrestre ainda facilita mais o bloqueamento deste tipo de comunicações, sobre todo quando não se quiserem.

Os moradores da Galiza até os que morarem nos mais remotos lugares estão a receber de contínuo informação, notícias, relacionamento administrativo, gerenciamento de assuntos, atividade comercial e empresarial coa onnipresença da língua castelhana²⁴.

O castelhano dos galegos e galegas está inçado de giros e expressões que se correspondem à sua língua portuguesa. Porém a escola “nacional” espanhola²⁵, é muito eficaz na horizontalidade da Galiza com o espaço central do estado, e cada dia que se passa visibiliza-se mais o seu sucesso.

Há um fato que não é obviável: A maior parte dos galegos e galegas sentem-se muito mais seguros se se tem que exprimir por escrito em castelhano que se tem que fazê-lo no português da Galiza. Não só isso o falante habitual da língua nacional galega ao tentar escrever sente um mar de dúvidas, o vocalismo da nossa língua faz que se sinta inseguro a hora de determinar como se escreve, por pôr um simples exemplo, há vogais abertas e fechadas etc: Pereira ou Pireira, pau ou pao, irmao ou irmau, hebreu ou hebreo, veu ou viu.

Com o espanhol não há problemas, além do vocalismo simplex castelhano, a escola forneceu dos elementos mais que suficientes para fazerem um uso seguro desta língua.

²⁴ A mim pessoalmente não me parece mal que os galegos e galegas conheçam bem o castelhano (inglês e qualquer outra língua), pois acho que isso não teria que ser incompatível com viverem e se desenvolverem socialmente na sua língua nacional.

²⁵ Todas as instituições de ensino que há na Galiza são “nacionais” espanholas são **nacionalizadores muito eficazes.**

Espanha também garante um bom conhecimento a todos os galegos e galegas e por tanto compreensão de todas as variantes que do espanhol há pelo mundo.

O português dos utentes da Galiza é uma língua com pouca expressão de pensamento abstrato, é com muita concreção sobre as cousas do seu dia-a-dia ordinário de vida. O português da Galiza é a língua da descontração no relacionamento mais informal com os parentes e amigos. É língua da intimidade²⁶.

Como diz o professor Fernando Corredoira, no seu prefácio a edição em ortografia do Acordo Ortográfico do ***Sempre em Galiza de Afonso Castelão***²⁷: “Em meados do século XIX renasce para a literatura uma língua socialmente estigmatizada, funcionalmente minorizada, banida das instituições oficiais e hostilizada pelo Estado. Popular e realmente falada, a língua da Galiza começará a ser posta ao serviço dum movimento cultural e político que irá perfilando uma vocação que (com cautela, porém) poderíamos chamar nacional. Desde inícios do século XX, contra tudo e apesar de tudo, sectores da comunidade linguística galega transgredirão normas imemoriais, abrirão brechas em altos muros e sondarão novos caminhos, passando a fazerem servir o *galego* como instrumento do discurso público e da ação política.

Como previsível, o recurso ao modelo ortográfico castelhano foi inevitável. O ágrafo galego passou a escrever-se conforme a feição gráfica da língua oficial e única língua verdadeira – tal como ortografada desde finais do século XVIII. Este modelo tinha no mínimo duas vantagens invencíveis: **era tecnicamente prestadio e era o único conhecido, o único aliás que podia conhecer-se.** De maneira que não havia necessidade de irmos procurar alhures o que já acháramos aqui, nem de se inventar o que já estava inventado. Acresça-se, em ordem a perceber as intenções do programa linguístico dos primeiros promotores da língua *regional*, que, entre estas, de nenhum modo se encontrava a de concorrer com a língua nacional, cuja hegemonia estava fora de causa. Correlato visual da minorização linguística, a ortografia perfilhada servia ainda para ratificar que as notabilidades escreventes do galego eram e queriam ser um subconjunto regional do conjunto espanhol. Houve, sim, e desde cedo, quem propusesse adotar a ortografia portuguesa...A questão da ortografia tornará a ser objeto de debate nas três primeiras

²⁶

²⁷

Paralelamente, o uso público institucional da língua, mais que vivo é ritualizado
<http://www.imperdivel.net/atraves-editora/156-sempre-em-galiza.html>

décadas do século passado. Jovens inquietos anunciavam novos rumos, que a *desfeita* de 1936 debelou”.

Só após a existência de pessoas preparadas na Universidade galega sob o magistério do professor [Carvalho Calero](#), vai vir à tona a necessidade e prática do português da Galiza como mais um português. Hoje em dia a existência de uma minoria influente e qualificada e duma [Academia da Língua](#), devidamente reconhecida como tal pelas parceiras lusófonas, faz que se façam esforços para mudar o destino que o estado lhe tem destinado, com uma política linguística que eu chamo *estupefaciente*, com um lento, porém imparável esmorecimento e desaparecimento do português duma parte do seu solar originário.

Um elemento chave do processo de substituição

É um elemento fulcral para o sucesso da política estupefaciente da língua, o reconhecimento que se faz dela como variedade regional espanhola, **e como tal encerrada nessas fronteiras e afastada do espaço português e lusófono internacional**, e a correspondente perseguição e punição das políticas e práticas linguísticas que reclamarem e afirmarem a unidade da língua, o que não é contrário à existência de variantes locais (diatópicas) como é próprio de todas as línguas que tem carácter internacional e estendido.

A barreira da escrita regionaliza as falas do português da Galiza, e afasta-as das cultas e institucionalizadas da própria língua e das sua própria história, quando havia normalidade institucional na Galiza²⁸, e subliminalmente converte ao castelhano na *língua per se*, a

²⁸ Para todos os lusófonos, perceberem a sua língua escrita como castelhano, produz um rejeitamento insuportável, e um desinteresse sobre o que se lhes oferecer. Isso é muito conhecido por quem fizer provas ao respeito. Para ser entendido na Galiza chega apresentar uns textos castelhanos escritos como português e olharmos o efeito nos falantes dessa fala. Não entender isso na Galiza é de loucos.

Eis um pequeno exemplo de texto castelhano escrito à portuguesa: PLATERU I LHÓ Plateru és pequenhu, peludo, soave; tão brando por foera, que se diria todo d’algodão, que no lleva guesos. Sólo los espekhos de açabatche de sus okhos são duros qual dos escarabakhos de cristal negro.

verdadeira *língua nacional* dos galegos e galegas e elemento de correção das dúvidas na própria escrita -e na fala- dos falantes.

Na Galiza dize-se aguentar, cair etc verbos exatamente como no resto da lusofonia, o contato com o castelhano produz forte erosão na língua da Galiza espanhola e converte-os em aguantar, caer. Seriam inesgotáveis os exemplos pois há por todo lado, mas o castelhano na sua imparável erosão, está a dialectalizar todos os dias o português da Galiza.

Discursos exculpadores

Há um discurso muito curioso e frequente na Galiza, que se emite desde duas instâncias distintas, porém ainda sendo discursos aparentemente distintos são no fundo a mesma música. Um procede do âmbito académico e de personagens a ele ligado, o outro desde o âmbito político de organizações que pretendem umas condições o mais normais para a Galiza a semelhança das de qualquer outro povo.

O primeiro discurso a que me referia, e relativamente recente, e é, em certa maneira, a constatação precisa do fracasso das políticas para a língua, que impulsionadas pelas instituições espanholas, contavam com o aval ideológico e “científico” de sectores universitários e pedagógicos regionais. Poder-se-ia personalizar esse discurso, como paradigma nos textos mais recentes do professor [Henrique Monteagudo](#).

É um discurso que resumidamente exprime também muito bem o vulto galego [Camilo Nogueira](#), quem teve laços muito profundos com o mundo académico do ILG, e que vem a dizer o que segue:

-Não se pode desconsiderar o grande trabalho a prol da língua da Galiza realizada por estas gentes e instituições como o ILG. É preciso estar conscientes de que eles, a esse

Lo dekho soeltu, i se va'l prau, yacaricia tibiamente com su ocico, rozando-las apenas, las florecilhas rosas, celestes i gualdas.... Lo lhamu dulcemente: "¿Plateru?", i viene a mí com um trotecilho alegre que parece que se ri.... (não foi modificada a sintaxe o qual ainda daria uma feição mais assustadora).

*galego, incorporaram-lhe inúmeros vocábulos portugueses (linguagem abstrata), hoje por tanto, o galego, -incluído o galego regional- já é mais próximo do português do que ele alguma vez foi, pois em realidade o português nunca foi alheio a estas pessoas e ao seu trabalho-*²⁹.

As autoridades, que sob o nome de normalização impulsionaram uma institucionalização de uma variante regional espanhola, com o apoio de pessoas saídas da linha linguística, que resumo chamando-a linha ILG, instituíram um modelo de língua que é, *contra natura*, língua.

Todas as línguas são diferentes é o significado semântico das palavras incluídas as homófonas, sempre é distinto entre línguas, não tem o mesmo exato significado as palavras nem os conceitos (*traduttore traditore*) salvo na linguagem abstrata científica, na que por pôr um exemplo, uma nano-partícula é igual em todas as línguas.

Na Galiza, impulsionado pelas autoridades espanholas, construíram um modelo de língua absolutamente paralelo do castelhano, o qual é a morte como tal língua, quando pretensamente a querem defender; e a pouco inteligentes que forem os falantes, e os galegos e galegas somos muito inteligentes, rapidamente se é consciente de que é uma língua ritual e desnecessária.

E bom exemplo desse modelo de língua paralelo o [DOG](#), o jornal oficial do governo autonómico, e que marca o modelo de língua jurídica e mais do que isso na Galiza. É bom modelo de essa língua os livros escolares, e a que se está a apreender na escola, e consequentemente a olhos vistas, percebemos como se acelera a erosão e a subliminal dependência da que é assim verdadeira *língua nacional* para os galegos e galegas o castelhano³⁰.

²⁹ Dizia o grande vulto do século XVIII Martim Sarmiento, que os galegos eram indistinguíveis falando dos portugueses, e que em Castela os galegos apresentavam-se com muita frequência como portugueses, num jeito de banirem o desprezo castelhano pela Galiza e os seus moradores.

³⁰ Como diz o sociolinguísta Lluís Aracil im Agàlia núm. 17 página 13: “qualquer cousa que for castelhano pode ser galego, só é necessário isso, que for castelhano”.

Essa língua, todavia incluindo todos esses termos lusos incorporados, é muito mais afastada do português padrão do que ela foi nunca, para essa língua todos os falsos irmãos entre o português e o castelhano, convertem-se em falsos irmãos entre o português e as falas da Galiza, exatamente paralelas do castelhano. Eis um ilustrativo exemplo: Para minha mãe, falante primária da Galiza, hoje com Alzheimer, e que me diz que ela não é nada esquisita, como se for uma lusista radical que diriam alguns, nessa língua regional paralela ela não vai ser entendida pois **esquisito só pode ter o mesmo significado do castelhano**. E isto com inúmeras vozes e expressões.

Esse discurso da língua paralela e do mais demolidor que há para a língua. Logo, esse recente discurso “acadêmico” não vai redimir dos pecados cometidos dos que não houve, de resto, arrependimento.

A erosão afeta a todos. Se escutarmos uma gravação do professor e político [Xosé Manuel Beiras Torrado](#) de há 25 anos e de hoje, a sua língua piorou. Se escutarmos uma gravação do professor Henrique Monteagudo de há 25 anos e de hoje, percebe-se que a sua língua piorou. Se isto se está a passar com líderes e notáveis da Galiza, que pretendem transmitir ideias modelares ao seu povo..

Se a erosão afeta tão gravemente as elites, que mensagem recebe um povo tão inteligente como o da Galiza, que comportamento se vai aguardar dele, por muito que ele amar e ama de verdade o ser como ele é, e a sua cultura.

A coroa da moeda³¹ de esse discurso temo-lo nas instancias políticas denominadas “[soberanistas](#)”, especialmente na direção de essas organizações políticas e nos discursos programáticos de não poucas dessas instâncias, que vem a dizer algo assim como: “Nós compartimos tudo o do achegamento ao português, (somos [reintegracionistas](#) de outro jeito), o nosso objetivo libertador do povo vai por aí, mas isso agora não pode ser dito nem apresentado ao nosso povo, pois ele não está preparado (ainda que para as elites isso não

³¹ Cara ou coroa, o modelo castelhano é *cara e cruz*

seja problema).

No excelente livro de homenagem a Antom Moreda³² publicado em 2011, no mesmo ano do seu passamento³³, aparece um comentário de Antom Moreda surpreendido, referido aos seus tempos de viajante dos livros de Galaxia e de fazer contatos com os galeguistas dispersos pelo País. Ele pensava que havia que falar sempre claro aos irmãos de credo galeguista, porém recebia sugestões da dirigência (o pinheirismo e a sua envolvente) sobre que as cousas não se podem dizer como elas de verdade são ou deveriam ser, há que agachar a verdade e ir com panos quentes, ao pessoal da Galiza há que levá-lo pouco a pouco a esse destino, se dissermos o caminho certo perdemo-nos, não imos ser escutados.

O mesmo discurso pinheirista continua a estender-se como flagelo no institucionalismo político nacionalista da Galiza. Isso lembra-nos por contraste o grande vulto do nacionalismo da Galiza, [Castelão](#), que reclamava, **de falarmos claro e confiantes ao nosso povo e logo o povo terá confiança em nós**.

Essas elites políticas que andam a dizer que eles não teriam problema com esse discurso mas que o ocultam ao povo, cada dia sofrem mais forte erosão na sua língua, e mais transparentes resultam ao povo no seu discurso de inanidade e que na realidade, entre as suas intenções, como naqueles meritórios vultos do século XIX *“de nenhum modo se encontrava a de concorrer com a língua nacional, cuja hegemonia estava fora de causa”*. E por isso se está inane e não se questiona a permanente imposição do castelhano; e por isso se carece de discurso e práticas adequadas para os galegos e galegas de fala castelhana; e por isso se adota a escrita do castelhano, para as falas do português da Galiza; e por isso a permanente imposição do castelhano não é discutida, e é aceite como natural³⁴..

³² Antom Moreda -Memória do exílio- Editado no 2011 pola associação galega de historiadores

³³ Expressão muito galega para *morte*

³⁴ Sendo assim, *língua nacional* verdadeira da Galiza, o castelhano, e sendo o se ser esse galego e galega uma condição de espanhol, pois só sendo espanhol pode resultar inimaginável um galego ou galega inserido no espaço internacional da sua língua, pois para esse espanhol seria percebido como uma forma de português, e os portugueses está claro que não são espanhóis, e a sua língua, a nossa da Galiza, é para eles língua nacional que reúne todas as condições inerentes às verdadeiras línguas nacionais.

Apontamento Final

De modo resumido direi: que para a Galiza, é fulcral o permanente contato com as variantes do português existentes no mundo, a recepção dos meios lusófonos a começar pelos de Portugal, e que o português se incorpore ao currículo do ensino, para terem assim os moradores da Galiza as ferramentas para poderem travar a erosão do português da Galiza e dispor dos elementos chave para integrarem com sucesso a nativizados em castelhano, oferecendo um uso normal e de sucesso da sua língua, e uma grande mais valia ao nosso povo.

O afastamento do português, e a permanente erosão e efeito bloqueador na língua, do castelhano, é dizer, -da normalidade do português da Galiza-, impossibilitam um futuro certo para a língua, nesta parte do seu solar originário.

Só dizer-lhes, que há pouco um grupo de galegos e galegas apresentamos uma iniciativa legislativa no Parlamento autonómico fazendo assim alguns pequenos esforços para trazermos à Galiza ao caminho certo.

<http://www.pglingua.org/especiais/dia-das-letras/4985-apresentam-no-parlamento-ilp-lpara-o-aproveitamento-da-lingua-portuguesa-e-vinculos-com-a-lusofoniar>

<http://www.pglingua.org/noticias/informante/5066-qilp-valentim-paz-andradeq-passa-o-primeiro-tramite-parlamentar>

Vilarchão agosto de 2012

Alexandre Banhos, Presidente da Fundação Meendinho

Será que existirem na Galiza duas línguas coas condições plenas de língua nacional é intolerável para a Espanha?

